



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 767/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10975/2014.**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.**3- Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barreirinha – SAAE.**4- Exercício:** 2013.**5- Responsável:** Srs. Luiz Carlos Pedreno Trindade (01/01 à 31/03/2013) e Airlaudio Picanço Batista Filho (01/04 à 31/12/2013), ex- diretores, à época.**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório Conclusivo nº 49/2014 (fls. 66/74).**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2289/2014-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 75/76)**8- Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barreirinha, exercício 2013.

Contas Irregulares. Revelia dos responsáveis. Glosa. Multas. Prazos. Autorização da ação executiva. Recomendação e Determinação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Exmo. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto à este Tribunal, no sentido de:

9.1- À unanimidade, julgar pela Irregularidade das Contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto Barreirinha-SAAE, referente ao exercício de 2013, sob responsabilidade dos Srs. **Luiz Carlos Pedreno Trindade**, Diretor no período de 1.1.2013 a 31.3.2013 e **Airlaudio Picanço Batista Filho**, Diretor no período de 1.4.2013 a 31.12.2013, nos termos do art. 22, III, alínea “b” c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2.423/96-TCE/AM e art. 5º, inciso II, da Resolução nº 04/2002-RITCE, para:

9.1.1- Considerar Revel o Sr. **Luiz Carlos Pedreno Trindade**, Diretor do SAAE/Barreirinha, no período de 1.1.2013 a 31.3.2013, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 88, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, pelo não atendimento à Notificação nº 05/2014-CI-DICAMI;

9.1.2- Multar o Sr. Luiz Carlos Pedreno Trindade, Diretor do SAAE/Barreirinha, no período de 1.1.2013 a 31.3.2013, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), referente a 20% do valor previsto no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2000-RITCE/AM, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. (Itens 1.1, 3.1 e 3.2, do Relatório/Voto);

9.1.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. **Luiz Carlos Pedreno Trindade**, recolha o valor da multa que lhe foi aplicada aos cofres públicos (art. 72, III, “c”,

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 767/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.1.4- Considerar Revel o Sr. Airlaudio Picanço Batista Filho, Diretor do SAAE/Barreirinha, no período de 1.4.2013 a 31.12.2013, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 88, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, pelo não atendimento à Notificação nº 04/2014-CI-DICAMI;

9.1.5- Multar o Sr. Airlaudio Picanço Batista Filho, Diretor do SAAE/Barreirinha, no período de 1.4.2013 a 31.12.2013, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), referente a 20% do valor previsto no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2000-R1-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. (Itens 2.2, 2.3, 3.1 e 3.2 do Relatório/Voto);

9.1.6- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. **Airlaudio Picanço Batista Filho**, recolha o valor da multa que lhe foi aplicada aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.1.7- Autorizar, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE;

9.1.8- Determinar à Origem que, providencie a implementação do Portal da Transparência referente aos atos do SAAE, conforme exige a Lei nº 12.527/2011 – Lei de acesso a informação, observando as alterações trazidas pela LC nº 131 de 2009 inerentes ao art. 2º da Lei Complementar nº 101/2000, que passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 48-A, 73-B e 73-C. (Item 3.2, do Relatório/Voto);

9.1.9- Recomendar à Origem para que:

9.1.9.1- Observe com mais rigor os prazos previstos nas normas legais desta Corte de Contas, bem como os dispositivos da Resolução nº 10/2012- TCE/AM, referente ao sistema ACP;

9.1.9.2- Observe com mais rigor os ditames da Lei de Licitações nº 8.666/93.

9.2- Por maioria, no sentido de:

9.2.1- Multar o Sr. Airlaudio Picanço Batista Filho, Diretor do SAAE/Barreirinha, no período de 1.4.2013 a 31.12.2013, no valor de **R\$ 1.096,03** (um mil e noventa e seis reais e três centavos), conforme o art. 308, II da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, **por cada mês de atraso** no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos demonstrativos contábeis referentes aos meses de janeiro a dezembro (12 meses), totalizando o montante de **R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos); (Item 2.1 do Relatório/Voto);

9.1.2- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. **Airlaudio Picanço Batista Filho**, recolha o valor da multa que lhe foi aplicada aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.1.3- Autorizar, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 767/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, que votou pela inaplicabilidade da multa pelo atraso no ACP.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 19 de dezembro de 2014.

12- Especificação do quórum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral